

VIDA EM HARMONIA:
CONSIDERAÇÕES SOBRE
BEM VIVER E VIVER BEM
PARA O POVO BANIWA.

POR MILENA PEREIRA




“Transporte escolar na Escola Pamáai.”
/ Reprodução: Instagram @andrebaníwa.



(...) ◉ BEM VIVER E ◉ VIVER BEM SÃO
RESULTADOS DE VÁRIAS E BOAS AÇÕES
PRÁTICAS NO DIA A DIA.

Localizados às margens do Rio Içana e seus afluentes Cuiari, Aiairi e Cubate, além de comunidades no Alto Rio Negro/Guainía e nos centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos no estado do Amazonas, a comunidade Baniwa é transfronteiriça, com territórios entre a Colômbia, Venezuela e Brasil, com uma população de cerca de sete mil pessoas em território nacional. Para reunir os conceitos e responder a pergunta:


O são o bem viver e o viver bem para o povo baniwa?



Lideranças da comunidade realizaram a I Conferência Baniwa sobre Educação e Organização Social em setembro de 2016, que reuniu 135 pessoas na comunidade de Tunuí Cachoeira. A noção tradicional Baniwa de bem viver em juntamente com a ética protestante religiosa, cerca de 77,8% das famílias que vivem em 90 comunidades Baniwa no Brasil se declaram evangélicas.


Bem viver e viver bem são a base da cosmovisão e, além disso, substanciais na luta política dos povos originários da América Latina, os conceitos foram incorporados recentemente nas constituições federais do Equador (2008) e Bolívia (2009), países com forte tradição indígena.

A constituição equatoriana garante acesso à educação, à saúde, à alimentação, à Seguridade Social e à água, bem como a garantia e defesa da soberania nacional, o fortalecimento da unidade nacional na diversidade, a garantia da ética laica, bem como o planejamento do desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e a distribuição equitativa dos recursos e da riqueza para ascender ao Bem Viver.




O bem viver e o viver bem são insustentáveis dentro da lógica colonial, pois envolve a humanidade em lutas anti-escravagistas e anti-coloniais. Os processos de Independência dos países latino-americanos nem sempre foi um avanço em direção ao bem viver, os mecanismos da colonização e de uma sociedade escravocrata podem também continuar em países independentes. Elites mestiças e brancas que assumiram os governos ditos independentes, muitas vezes reproduzem os mecanismos de dominação no interior de seus países. No Brasil, esses processos de dominação continuaram e como bem acrescenta André Baniwa em seu livro Bem viver e viver bem segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro;


"É PRECISO REAFIRMAR QUE, DESDE O CONTATO COM O HOMEM BRANCO, A NOSSA LUTA TEM SIDO PELA SOBREVIVÊNCIA E PELA EXISTÊNCIA, POIS DOS POUCOS NOSSOS BEM VIVER E VIVER BEM, NOSSA VIVÊNCIA, NOSSOS CONHECIMENTOS E NOSSA ORGANIZAÇÃO SOCIAL FORAM DESTRUÍDOS. PARA RETORNARMOS O BEM VIVER E O VIVER BEM, PRECISAMOS DA GARANTIA DE NOSSOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS. NECESSITAMOS LUTAR, AGORA, PARA MANTER NOSSOS DIREITOS E PARA QUE POSSAMOS CONTINUAR RECONSTRUINDO O NOSSO BEM VIVER." (PÁGINA.20)



O bem viver foi destruído pela colonização, pelo capitalismo, pelo Estado brasileiro (como organização formal dos colonizadores) e pelas igrejas (que condenaram tradições e culturas milenares originárias). A reconstrução do bem viver e viver bem perpassam por políticas de organizações indígenas, e não do Estado ou do terceiro setor, o bem viver e o viver bem abre um debate relativo ao modelo desenvolvimentista, baseando-se na experiência comunitária de produção e sustento econômico. Esse projeto de recuperação e reinvenção das formas econômicas fora da dinâmica de inclusão no mercado de economia, da proletarização e da dependência de recursos monetários estatais, a busca da autonomia se apresenta como uma reivindicação que procura assegurar controle político sobre o território e garantir a plena vigência das formas indígenas de políticas, de justiça e da própria organização. Nas palavras de André Baniwa;



AGORA QUE DEIXAMOS DE SER TUTELADOS PELO ESTADO BRASILEIRO, COMO RECONSTRUIR A VIDA, OS NOSSOS BEM VIVER E VIVER BEM, DEPOIS DE INTENSAS E CRUÉIS TENTATIVAS DE ESVAZIAMENTO DA CULTURA, DA TRADIÇÃO E DE TODAS AS FORMAS DE SISTEMA DE VIDA INDÍGENA? ENTRE A VIDA MILENAR E A VIDA CONTEMPORÂNEA, QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PONTOS A SEREM OBSERVADOS? ENTRE TANTAS COISAS NEGATIVAS E POSITIVAS, QUAL O CAMINHO A PERCORRER? POR QUE O DIREITO INTERCULTURAL É UM DESAFIO NÃO SÓ PARA OS INDÍGENAS, MAS TAMBÉM PARA O ESTADO BRASILEIRO? (PÁGINA 13)



Bem viver e autonomia, como políticas de organizações e não mais do Estado, abrem os desafios da autodefesa e de uma reconstrução que é feita cotidianamente, dia após dia, de baixo, sem esperar nada de cima, em uma crítica nascida da experiência contra as formas diretas e sofisticadas de controle e tutela. O Estado brasileiro possui uma grande dívida com os povos originários do Brasil que interpelam cotidianamente a manutenção do bem viver e do viver bem inseridos no universo hostil e limitado dos brancos, no mundo globalizado e as suas ameaças externas. O bem viver e viver bem precisa ser pensado como um direito da universalidade, interculturalidade e bioética.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BANIWA, André Fernando. Bem viver e viver bem segundo o povo Baniwa no noroeste amazônico brasileiro. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2020.

**CONSTITUIÇÃO do Equador. Disponível em:
https://www.oas.org/juridico/pdfs/mesicic4_ecu_const.pdf**



OBRA DESTAQUE

